



Iniciativa Portuguesa do Fórum da Governação da Internet 2024

Mensagens de Lisboa Messages from Lisbon

19 de novembro de 2024
November 19, 2024



PRIVACIDADE, INCLUSÃO E LIBERDADE NO MUNDO DIGITAL: PROTEGER OS DIREITOS HUMANOS

Oradores:

José Magalhães

Paulo Fonseca, [DECO](#)

Raquel Brízida Castro, [Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa](#)

Moderação: Luís Vidigal, [APDSI](#)

Da interseção entre os direitos humanos e a inovação tecnológica na União Europeia, resulta a necessidade de uma regulamentação adaptativa e eficaz na garantia da proteção dos direitos fundamentais nesta era de "hiper-digitalização", sendo essencial envolver a sociedade civil na implementação das normas que resultam desta regulação e assegurar a existência de um conjunto dinâmico de direitos capaz de acompanhar as mudanças tecnológicas.

A privacidade, a inclusão e a liberdade nas suas múltiplas vertentes destacam-se como os direitos fundamentais mais ameaçados pela digitalização, e para esta circunstância muito contribuem a opacidade dos algoritmos, a falta de transparência das plataformas digitais e a limitação da liberdade de escolha dos utilizadores. É, pois, necessário assegurar a existência de regulamentações claras que garantam um ambiente digital mais seguro e inclusivo para todos.

A União Europeia tem legislado de forma extensiva, e o campo de direitos fundamentais, como a liberdade de expressão e a proteção de dados, que tipicamente estavam na esfera de regulamentação dos Estados-Membros, não tem sido excepção. Podemos quase falar de um fenómeno de desnacionalização dos direitos fundamentais, que também tem oferecido dificuldades de harmonização inter-Estados e muitas vezes afastado os cidadãos dos centros de poder. A complexidade da regulamentação da proteção dos direitos no ambiente digital criou maior densidade e burocracia para os reguladores e autoridades de controlo, que hoje são também chamados a supervisionar o cumprimento deste mesmo elenco de direitos.

O equilíbrio entre os benefícios e os desafios que a digitalização apresenta para a efetivação dos direitos fundamentais e a extensão do papel que a regulação deve assumir nesta sede não é fácil de alcançar, no entanto, a solução poderá passar pela regulação cirúrgica e harmonizada a nível global destas matérias e, nesta medida, vale referir que o Pacto para o Futuro, assinado no dia 22 de setembro, no qual os direitos fundamentais e a sua proteção emergem como prioritários, é disto um excelente exemplo. Cumpre ainda criar mecanismos efetivos e transversais de proteção eficaz dos direitos humanos fundamentais, tendo como bússola orientadora o elo, que deve ser inquebrável, entre a Ética e o Direito.

Este equilíbrio ético e jurídico entre a excelência na proteção dos direitos humanos e a excelência na apropriação das tecnologias poderá ser o caminho para um ecossistema digital mais transparente, seguro e humanista.

AI PARA O BEM COMUM: TRANSPARÊNCIA, SUSTENTABILIDADE E CONFIANÇA

Oradores:

Helena Martins, [Google](#)

Joana Gonçalves de Sá, [Laboratory of Particle Physics](#)

Joaquim Jorge, [UNESCO](#) e [Instituto Superior Técnico](#)

Moderação: Sandra Fazenda Almeida, [APDC](#)

A sessão abordou como a inteligência artificial (IA) pode ser utilizada para o bem comum, enfatizando a necessidade de transparência, sustentabilidade e confiança nos sistemas desenvolvidos. Os oradores destacaram a importância de algoritmos explicáveis, que respeitem a privacidade e protejam os dados dos utilizadores, como ferramentas essenciais para fomentar a confiança.

Um dos principais temas discutidos foi o impacto dos avanços nos modelos linguísticos, como os LLM (Large Language Models), que podem levar à aceitação acrítica dos seus resultados, enfraquecendo o sentido crítico dos utilizadores. A literacia em IA foi apresentada como um pilar essencial para capacitar indivíduos e organizações, promovendo uma abordagem mais consciente e responsável na interação com a tecnologia.

Os oradores também sublinharam a importância de manter a supervisão humana nos processos de decisão suportados por IA, garantindo uma governação ética e minimizando os riscos associados a erros e vieses nos sistemas. Foi reforçada a necessidade de um modelo global de regulação e governação da IA, inspirado em iniciativas como as agências reguladoras europeias, para assegurar transparência, ética e responsabilidade no desenvolvimento e utilização da tecnologia.

Mensagens-chave:

- Os sistemas de IA não são intrinsecamente discriminatórios, mas os dados utilizados no seu treino podem conter vieses. A seleção e o tratamento rigorosos desses dados são cruciais para garantir a justiça nos resultados. Muitos sistemas de IA são lançados sem testes adequados, perpetuando erros que podem ter impactos significativos em Estados e cidadãos.
- Algoritmos transparentes e explicáveis são fundamentais para mitigar erros, construir confiança nos sistemas de IA e garantir decisões mais justas e informadas.
- Supervisão humana nos processos de decisão é indispensável para assegurar decisões éticas e ponderadas. Deve haver sempre um humano no loop da IA, garantindo que o sistema não perpetue vieses ou erros prejudiciais.
- O avanço nos modelos linguísticos, como os LLM (Large Language Models), pode levar à aceitação acrítica dos resultados produzidos, comprometendo o sentido crítico dos utilizadores. É essencial capacitar os utilizadores para questionar e interpretar os resultados gerados por IA.
- Literacia digital e em IA é fundamental para capacitar utilizadores e organizações a usarem a tecnologia de forma responsável, informada e consciente. Essa capacitação promove uma abordagem crítica que ajuda a evitar a aceitação passiva de resultados de IA.
- É urgente desenvolver um modelo global de governação ética da IA, inspirado em boas práticas como as das agências europeias, para assegurar transparência, responsabilidade e a aplicação de princípios éticos no desenvolvimento e uso da tecnologia.
- A confiança na IA depende de sistemas transparentes, da aplicação consistente de princípios éticos e de uma supervisão rigorosa que avalie o impacto da tecnologia nos utilizadores e na sociedade.

A RESILIÊNCIA DE INFRAESTRUTURAS CRÍTICAS E RESPOSTA A CRISES

Oradores:

Felipe Pathé Duarte, NOVA School of Law

Frederico Dias, SIBS

João Alves, ANACOM

Rui Pereira, CNCS

Moderação: Jorge Silva Martins, CS Associados

A crescente dependência digital das sociedades tem proporcionado um aumento do número de ciberataques e das vulnerabilidades das infraestruturas críticas. A adaptação e evolução das legislações de cibersegurança a este novo contexto revela-se essencial para garantir a resiliência e segurança das infraestruturas e harmonizar as regulamentações que impactam setores críticos. A regulação neste domínio e a adoção de estratégias nacionais e comunitárias nesta matéria é um passo em frente no desenvolvimento de um ambiente digital mais seguro e de confiança.

A transformação do ciberespaço tem vindo a desafiar conceitos tradicionais de geopolítica, como guerra e paz, e a hibridização das ações no ciberespaço complica a regulamentação e identificação dos atacantes. O ciberespaço, visto como uma arena de concorrência entre Estados, tornou-se um novo território de disputa, alterando as dinâmicas tradicionais de poder global.

A informação no ciberespaço tornou-se um ativo de soberania para os Estados, mas a infraestrutura física, como os cabos submarinos, continua a ser necessária para sustentar a rede global e o próprio ciberespaço. A resiliência das infraestruturas, portanto, não pode ser tratada como uma questão simples: Estados e empresas precisam de garantir a existência de equipas técnicas devidamente preparadas para responder a incidentes de (ciber)segurança, com um enfoque particular na comunicação do impacto dos ataques, bem como na melhoria da coordenação entre todos os atores envolvidos, de modo a assegurar o funcionamento contínuo destas infraestruturas face a potenciais ameaças.

Por conseguinte, há que fomentar a criação de políticas públicas de cibersegurança que incluam medidas específicas de resiliência dos cabos submarinos e que sejam regularmente alvo de exercícios internacionais que testem essas medidas.

Importa ter presente de que a ocorrência de um eventual incidente de segurança numa infraestrutura como um cabo submarino afetará muito mais do que apenas um ou dois países, podendo mesmo assumir uma escala mundial, o que evidencia a elevada necessidade de uma coordenação rápida, eficiente e eficaz entre Estados para a gestão e tratamento de um incidente de segurança transfronteiriço.

Regista-se, para este efeito, a criação em setembro de 2024 sob a égide da UIT e segundo o modelo multistakeholder, do Grupo de Aconselhamento Internacional para a Resiliência dos Sistemas de Cabos Submarinos.

Nesta sede, a parceria entre o setor público e o privado é fundamental no reforço da cibersegurança global. Embora existam desafios na adoção de políticas de cibersegurança, especialmente devido a custos elevados e falta de alguma motivação, impõe-se aos Estados que modernizem as suas estratégias de cibersegurança em resposta à crescente digitalização e complexidade dos riscos no ciberespaço e, uma vez mais, a colaboração setorial é uma peça essencial. A criação de um ecossistema de cibersegurança mais resiliente e colaborativo, que envolva tanto o setor público quanto o privado, é fundamental para garantir a proteção das infraestruturas críticas e a continuidade dos serviços essenciais num mundo digital cada vez mais interconectado.

MOLDANDO O FUTURO DOS SERVIÇOS DIGITAIS (TAMBÉM) ATRAVÉS DA CÓOPERAÇÃO (INTERNACIONAL)

Oradores:

Ana Neves, [FCT](#)

Andrea Beccalli, [ICANN](#)

Joana Duarte, [ERC](#)

Manuela Quintano, [ANACOM](#)

Moderação: Flávio Nunes, [ECO](#)

Debateu-se neste painel como a cooperação pode "moldar o futuro dos serviços digitais". Partindo da recente proposta de Lei que assegura a execução interna do Regulamento dos Serviços Digitais e que define o leque de autoridades competentes para a supervisão e execução no contexto nacional deste diploma, clarificou-se a importância desta legislação no âmbito da governação da Internet e dos processos nacionais e internacionais de política digital.

A cooperação entre as autoridades competentes e relevantes é um vetor fundamental para o cumprimento das disposições deste regulamento, que será operacionalizado através de procedimentos interinstitucionais que propiciem a sua efetividade e eficácia, sob a égide do Coordenador dos Serviços Digitais. Foi, porém, dada nota que já há trabalho realizado a nível nacional para garantir a boa execução do regulamento, mesmo antes de sua aprovação formal. Ressalvou-se a importância especial da cooperação para a proteção de menores no ambiente digital.

Considera-se importante haver regulação do digital na U.E., mas não necessariamente uma hiper-regulação. É desta forma que apresentamos ao mundo os nossos valores e, neste caso particular, o nosso posicionamento face ao digital. No entanto, a extensa regulação dos serviços digitais no espaço da UE e a complexidade da sua aplicação tem o potencial de contribuir para a fragmentação do digital no ecossistema global, em particular em relação aos EUA e China que são os soberanos no panorama tecnológico. Salientou-se então a necessidade de uma postura independente da Europa em relação aos Estados

Unidos e a importância de cultivar relações com outras regiões, como América Latina, África e Ásia.

Regista-se, porém, a existência de um alheamento dos cidadãos da discussão dos temas relacionados com a governação da Internet no qual se inclui o Regulamento dos Serviços Digitais e que têm implicações na sua aplicabilidade.

Enfatizou-se a necessidade do ICANN resistir a pressões externas para evitar a fragmentação da internet. A importância de um sistema de governança robusto e a colaboração entre reguladores e a ICANN foram destacados. A cooperação internacional num cenário desafiador é importante para garantir a soberania digital que deve coexistir com a soberania nacional.

A discussão também abordou a relação entre regulação e avanço tecnológico, defendendo-se a flexibilidade do Digital Services Act para adaptar-se a novas tecnologias. Apesar da burocracia, foi afirmado que há um esforço contínuo para atualizar as regulamentações em resposta às novas realidades.

Muito recentemente foi aprovado o Global Digital Compact que é um instrumento fundamental nos princípios aplicáveis ao ecossistema digital. É, por isso, também relevante acompanharmos o que a OCDE, a ONU, e outras organizações internacionais de relevo estão a decidir sobre o ambiente digital.

Neste âmbito, o modelo multiparticipativo é essencial para existir confiança mútua, onde as diferentes partes interessadas podem exprimir-se livremente e ser o instrumento de excelência para a manutenção de uma Internet menos fragmentada e mais inclusiva.

MELHORAR O CONTRIBUTO DO DIGITAL PARA AS PESSOAS E PARA O PLANETA

Oradores:

João Cruz, [BCSD Portugal](#)

Rui Maia Rego, [Centro Estudos Globais, Universidade Aberta](#)

Sandra Caeiro, [Universidade Aberta](#)

Moderação: João Relvão Caetano, [Universidade Aberta](#)

Durante este painel, tentámos esclarecer o conceito de "humanismo digital", que assenta no pressuposto de que a tecnologia deve ser usada para melhorar a vida humana e não para substituí-la ou manipulá-la. A revolução digital deve ser encarada como uma oportunidade de transformar a sociedade de forma mais justa e humana e, acima de tudo, sempre tendo por norte o respeito e promoção dos direitos humanos. Procurámos avaliar as condições em que as tecnologias podem ser usadas para fortalecer as relações interpessoais e melhorar a qualidade de vida, em defesa dos valores humanos e promovendo o desenvolvimento social, e como a academia, as empresas e as demais organizações sociais têm nesta matéria um papel determinante.

A Academia (e a ciência) precisa de estar dotada de meios que lhe permita acompanhar a revolução digital em curso e principalmente impulsionada pelas grandes empresas tecnológicas, de modo a contribuir com o conhecimento, a capacidade de capacitação e de apoio ao desenvolvimento das políticas públicas. A Academia deverá ter a capacidade para fazer uma análise mais integrada e multidisciplinar com dados fiáveis sobre a dimensão que a digitalização hoje assume na nossa vida e, em especial, do seu contributo para, designadamente, a transição ecológica.

A digitalização também tem ajudado bastante as empresas na transição verde, na medida em que estas estão cada vez mais despertas para esta urgência permitindo, por exemplo, ganhos de eficiência a nível de processos, incluindo o tratamento de dados e de informação que concorrem para reduzir os seus impactes ambientais. Contudo, é sempre importante salientar que a digitalização também tem efeitos perversos para a sustentabilidade, associados à necessidade de elevados consumo de energia, ou à exploração de minérios para as várias cadeias de produção de equipamentos tecnológicos, pelo que é fundamental criar equilíbrios quanto à sua utilização.

Por outro lado, numa perspetiva mais filosófica, falar do humanismo digital é também falar de tempo/tédio – por oposição ao *multi-tasking* eterno e em favor da reclusão necessária ao estudo e reflexão – do "escondido" e da reclusão, e do espaço para a liberdade e criatividade individual do humano. A era da digitalização é frenética, altamente dinâmica e mutável, mas é essencial criar espaço para pensar. Também no digital, vamos parar e dar tempo ao humanismo!

PRIVACY, INCLUSION AND FREEDOM IN THE DIGITAL WORLD: PROTECTING HUMAN RIGHTS

Speakers:

José Magalhães

Paulo Fonseca, [DECO](#)

Raquel Brízida Castro, [Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa](#)

Moderation: Luís Vidigal, [APDSI](#)

The intersection between human rights and technological innovation in the European Union results in the need for adaptive and effective regulation to guarantee the protection of fundamental rights in this era of "hyper-digitalization". It is essential to involve civil society in the implementation of the rules that result from this regulation and to ensure the existence of a dynamic set of rights capable of keeping up with technological changes.

Privacy, inclusion and freedom in all their multiple aspects stand out as the fundamental rights most threatened by digitalization, and the opacity of algorithms, the lack of transparency of digital platforms and the limitation of users' freedom of choice contribute greatly to this. It is therefore necessary to ensure that there are clear regulations that guarantee a secure and more inclusive digital environment for all.

The European Union has legislated extensively, and the field of fundamental rights, such as freedom of expression and data protection, which were typically regulated by the Member States, has been no exception. We can almost speak of a phenomenon of denationalization of fundamental rights, which has also offered difficulties of inter-state harmonization and often distanced citizens from the centers of power. The complexity of regulating the protection of rights in the digital environment has created greater density and bureaucracy for regulators and control authorities, who are now also called upon to supervise compliance with this same list of rights.

The balance between the benefits and challenges that digitalization presents for the realization of fundamental rights and the extent of the role that regulation should play in this area is not easy to achieve, however, the solution may lie in the surgical and harmonized regulation of these matters at a global level and, to this context, it is important to mention that the Pact for the Future, signed on September 22, in which fundamental rights and their protection emerge as a priority, is an excellent example of this. It is also important to create effective and transversal mechanisms for the effective protection of fundamental human rights, with the unbreakable link between ethics and the law as a guiding compass.

This ethical and legal balance between excellence in the protection of human rights and excellence in the appropriation of technologies could be the path to a more transparent, secure and humanist digital ecosystem.

AI FOR THE COMMON GOOD: TRANSPARENCY, SUSTAINABILITY AND TRUST

Speakers:

Helena Martins, [Google](#)

Joana Gonçalves de Sá, [Laboratory of Particle Physics](#)

Joaquim Jorge, [UNESCO](#) e [Instituto Superior Técnico](#)

Moderation: Sandra Fazenda Almeida, [APDC](#)

The session addressed how artificial intelligence (AI) can be used for the common good, emphasizing the need for transparency, sustainability and trust in the systems developed. The speakers highlighted the importance of explainable algorithms, which respect privacy and protect user data, as essential tools for fostering trust.

One of the main topics discussed was the impact of advances in language models, such as LLM (Large Language Models), which can lead to uncritical acceptance of their results, weakening users' critical sense. AI literacy was presented as an essential pillar for empowering individuals and organizations, promoting a more conscious and responsible approach to interact with technology.

The speakers also stressed the importance of maintaining human oversight in AI-supported decision-making processes, ensuring ethical governance and minimizing the risks associated with errors and biases in the systems. The need for a global model of regulation and governance of AI was reinforced, inspired by initiatives such as European regulatory agencies, to ensure transparency, ethics and accountability in the development and use of technology.

Key messages:

- AI systems are not intrinsically discriminatory, but the data used to train them can contain biases. Rigorous selection and processing of this data is crucial to ensure fairness in the results. Many AI systems are launched without proper testing, perpetuating errors that can have significant impacts on states and citizens.
- Transparent and explainable algorithms are key to mitigating errors, building trust in AI systems and ensuring fairer and more informed decisions.
- Human supervision in decision-making processes is essential to ensure ethical and thoughtful decisions. There should always be a human in the AI loop, ensuring that the system does not perpetuate harmful biases or errors.
- Advances in language models, such as LLM (Large Language Models), can lead to uncritical acceptance of the results produced, compromising users' critical sense. It is essential to enable users to question and interpret the results generated by AI.
- Digital and AI literacy is key to empower users and organizations to use technology in a responsible, informed and conscious way. This training promotes a critical approach that helps avoid passive acceptance of AI results.
- There is an urgent need to develop a global model for the ethical governance of AI, inspired by good practices such as European agencies, to ensure transparency, accountability and the application of ethical principles in the development and use of technology.
- Trust in AI depends on transparent systems, the consistent application of ethical principles and rigorous supervision that assesses the impact of the technology on users and society.

RESILIENCE OF CRITICAL INFRASTRUCTURES AND THE RESPONSE TO CRISIS

Speakers:

Felipe Pathé Duarte, [NOVA School of Law](#)

Frederico Dias, [SIBS](#)

João Alves, [ANACOM](#)

Rui Pereira, [CNCS](#)

Moderation: Jorge Silva Martins, [CS Associados](#)

The growing digital dependence of societies has led to an increase in the number of cyberattacks and vulnerabilities in critical infrastructures. Adapting and evolving cybersecurity legislation to this new context is essential to ensure the resilience and security of infrastructures and to harmonize regulations affecting critical sectors. Regulation in this field, along with the adoption of national and international strategies, represents a step forward in developing a safer and more trustworthy digital environment.

The transformation of cyberspace has challenged traditional geopolitical concepts such as war and peace, while the hybridization of actions in cyberspace complicates regulation and the identification of attackers. Cyberspace, viewed as a competitive arena among states, has become a new battleground, altering traditional dynamics of global power.

Information in cyberspace has become a sovereignty asset for states, yet physical infrastructure, such as submarine cables, remains essential to sustain the global network and cyberspace itself. Therefore, the resilience of infrastructure cannot be treated as a simple issue: states and companies must ensure the presence of adequately trained technical teams to respond to (cyber)security incidents, with a particular focus on communicating the impact of attacks and improving coordination among all stakeholders to ensure the continuous functioning of these infrastructures in the face of potential threats.

Thus, it is necessary to promote the creation of public cybersecurity policies that include specific resilience measures for submarine cables, which should be regularly tested through international exercises.

It is important to note that a potential security incident involving infrastructure like a submarine cable could affect far more than one or two countries, potentially reaching a global scale. This highlights the urgent need for rapid, efficient and effective coordination among states to manage and address transboundary security incidents.

To this end, in September 2024, under the auspices of the ITU and following the multistakeholder model, the International Advisory Group for the Resilience of Submarine Cable Systems was established.

In this context, partnerships between the public and private sectors are crucial to strengthening global cybersecurity. While challenges exist in adopting cybersecurity policies, particularly due to high costs and a lack of motivation in some cases, states must modernize their cybersecurity strategies in response to increasing digitalization and the complexity of risks in cyberspace. Once again, sectoral collaboration is a key element.

Building a more resilient and collaborative cybersecurity ecosystem, involving both public and private sectors, is essential to protecting critical infrastructures and ensuring the continuity of essential services in an increasingly interconnected digital world.

SHAPING THE FUTURE OF DIGITAL SERVICES (ALSO) THROUGH (INTERNATIONAL) COOPERATION

Speakers:

Ana Neves, [FCT](#)

Andrea Beccalli, [ICANN](#)

Joana Duarte, [ERC](#)

Manuela Quintano, [ANACOM](#)

Moderation: Flávio Nunes, [ECO](#)

This panel discussed how cooperation can "shape the future of digital services." Starting with the recent draft law ensuring the internal implementation of the Digital Services Act and defining the range of competent authorities for its supervision and enforcement at the national level, the discussion clarified the importance of this legislation in the context of internet governance, and national and international digital policy processes.

Cooperation among relevant and competent authorities is a fundamental pillar for enforcing the provisions of this regulation, which will be operationalized through interinstitutional procedures designed to ensure its effectiveness and efficiency, under the leadership of the Digital Services Coordinator. It was noted, however, that work is already underway at the national level to ensure proper implementation of the regulation, even before its formal approval. Particular emphasis was placed on the importance of cooperation for protecting minors in the digital environment.

It is considered important to regulate digital services in the EU—not necessarily through hyper-regulation—because this is how the EU presents its values to the world and, in this case, its stance on digital matters. However, the extensive regulation of digital services within the EU and the complexity of its implementation have the potential to contribute to digital fragmentation in the global ecosystem, particularly in relation to the U.S. and China, which dominate the technological landscape. The need for Europe to maintain an independent stance from the United States and to foster relationships with other regions, such as Latin America, Africa, and Asia, was highlighted.

It was also noted that citizens demonstrated indifference towards debates about internet governance, including the Digital Services Act, which has implications for its applicability.

The necessity for ICANN to resist external pressures to prevent internet fragmentation was emphasized. The importance of a robust governance system and collaboration between regulators and ICANN was highlighted. International cooperation in a challenging scenario is crucial to ensure digital sovereignty, which must coexist with national sovereignty.

The discussion also focused on the relationship between regulation and technological advancement, advocating for the flexibility of the Digital Services Act to adapt to new technologies. Despite bureaucratic hurdles, ongoing efforts to update regulations in response to new realities were acknowledged.

The recently approved Global Digital Compact was highlighted as a fundamental instrument outlining principles applicable to the digital ecosystem. Monitoring the decisions of the OECD, UN and other relevant international organizations regarding the digital environment is therefore equally important.

In this context, the multistakeholder model is essential to foster mutual trust, where different stakeholders can express themselves freely. This model is seen as a key tool for maintaining a less fragmented and more inclusive internet.

IMPROVING THE CONTRIBUTION OF DIGITAL TO PEOPLE AND THE PLANET

Speakers:

João Cruz, [BCSD Portugal](#)

Rui Maia Rego, [Centro Estudos Globais, Universidade Aberta](#)

Sandra Caeiro, [Universidade Aberta](#)

Moderation: João Relvão Caetano, [Universidade Aberta](#)

During this panel, we tried to clarify the concept of "digital humanism", which is based on the assumption that technology should be used to improve human life and not to replace or manipulate it. The digital revolution should be seen as an opportunity to transform society in a fairer and more humane way and, above all, always with respect for human rights. We tried to assess the conditions in which technologies can be used to strengthen interpersonal relationships and improve quality of life, in defense of human values and promoting social development, and how academy, companies and other social organizations play a decisive role in this matter.

Academy (and science) needs to be equipped with the means to keep up with the ongoing digital revolution, which is mainly driven by large technological companies, in order to contribute with knowledge, capacity building and support for the development of public policies. Academy must have the capacity to carry out a more integrated and multidisciplinary analysis with reliable data on the dimension that digitalization assumes in our lives, and particularly its contribution to the ecological transition.

Digitalization has also helped companies a lot in the green transition, as they are increasingly aware of this urgency, enabling, for example, efficiency gains in processes, including data and information processing, which help to reduce their environmental impact. However, it is always important to point out that digitalization also has perverse effects on sustainability, associated with the need for high energy consumption, or the exploitation of minerals for the various production chains of technological equipment, so it is essential to create balances in terms of the use.

On the other hand, from a more philosophical perspective, to talk about digital humanism is also to talk about time/tedium - as opposed to eternal multi-tasking and in favor of the seclusion necessary for study and reflection - of "hiding" and seclusion, and of space for individual human freedom and creativity. The age of digitalization is frenetic, highly dynamic and changeable, but it is essential to create space for thinking. Let's stop and give time to humanism, also in digital.



www.governacaointernet.pt